



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CMPCD – FRANCA

1
2
3 Aos oito dias do mês de abril, às 09 horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de
4 Ação Social, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com
5 Deficiência – CMPCD, para a décima terceira reunião ordinária no mês de abril de 2014.
6 A reunião se inicia com a Secretária Executiva fazendo a verificação de quorum, e
7 havendo, com o registro das presenças, justificou as faltas das Conselheiras: Sandra e a
8 Viviane. Em seguida foi feita a leitura da pauta da reunião e a proposta de leitura das
9 três atas atrasadas que ainda não haviam sido lidas. Foi informado que o áudio da última
10 reunião de 25/03/2014, foi perdido, logo, Mariângela foi quem elaborou a ata. E as
11 outras duas atas deveriam ter sido elaboradas pela Sandra. Houve a proposta de enviar
12 as três atas no e-mail, para que os integrantes do conselho pudessem ler em casa, e
13 anotar os acréscimos para que sejam acrescentados na próxima reunião. De acordo com
14 a discussão entre os conselheiros, essa proposta foi nula, e inicia-se a leitura da ata,
15 referentes aos dias 18/02/2014, aprovada sem alteração; 25/03/2014, aprovada sem
16 alteração. Ficarão as atas do dia 18/02/2014 e 11/03/2014 e para serem lidas na próxima
17 reunião. A seguir tiveram início os assuntos da pauta: 4.1 Expoagro (vagas destinadas às
18 pessoas com deficiência nos dias dos shows, em eventos da Expoagro); Fernando relata
19 que há um tempo atrás o promotor fez um TAC para os cadeirantes terem um espaço
20 reservado em frente ao palco para as pessoas com deficiências ficarem mais próximas
21 ao show, porém em 2012 no último show que ocorreu, alguns promotores de evento
22 tiraram os deficientes em frente ao palco e o promotor fez um TAC colocando o campo
23 de visão dos deficientes distante e em um espaço sem segurança. Assim, muitos
24 cadeirantes registraram segundo o presidente do conselho, boletim de ocorrência contra
25 os empresários. Depois, teve ciência que o TAC foi feito, pois alguns empresários não
26 queriam os deficientes em frente ao palco e caso isso fosse realizado a prefeitura teria
27 que pagar uma multa, próximo ao palco era apenas para o fã clube. Daniela relata que
28 quem é responsável pela realização do show é o promotor do próprio evento, inclusive
29 pela disposição dos locais. Trouxe o edital da Expoagro que foi publicado essa provável
30 venda nos shows, e o show é de responsabilidade do promotor. Cabe à Prefeitura cobrar
31 dele o cumprimento da legislação e isso é feito. Disse que este fato nunca aconteceu em
32 10 anos de Expoagro, alegando ser desculpa do promotor do evento para justificar o que
33 ele estava fazendo. A regulamentação das Leis, Lei 1048, Lei 1098 elas não são
34 explícitas em caso de localização em espaços aberto, fala de teatro e de ginásio, o que
35 dá margem para que a pessoa defina da forma que achar melhor. O que Daniela acredita
36 ser prudente fazer pensando em show, é que o conselho já encaminhe para o promotor
37 um ofício, pedindo a fiscalização da localização do show a Pessoa com Deficiência, que
38 garanta o acesso preferencial. O Presidente do Conselho relata que isso já existia, porém
39 de 2012 para cá foi retirado. Disse que o corpo de bombeiros foi até o espaço e disse
40 que era perigoso, porém antes não era perigoso. Daniela diz que houve uma alteração na
41 legislação do Bombeiro, que desencadeou várias alterações referente à saída de
42 emergência, obstrução de passagem, legislação bem rigorosa, afirma. O Presidente

43 relata que o Conselho junto com o Promotor deveriam encontrar uma forma para que
44 todos fiquem satisfeitos com o evento. Daniela relata que o ideal é que o Conselho
45 sugira para o Promotor Público reúna com o promotor dos eventos para definir a
46 situação. Ressalta que não adianta dar prosseguimento a discussão, pois ainda não se
47 sabe se ocorrerão shows no período da Expoagro. Fernando, porém, informa que no
48 próximo final de semana ocorrerá show no local. Daniela relata que o evento será
49 particular, que não faz parte da Expoagro. O Presidente coloca que o espaço é público,
50 porém Daniela informa que o espaço está sendo locado para evento particular.
51 Mariângela intervém relatando então que no caso precisaria mudar a pauta, o que se
52 quer discutir não é apenas com relação à Expoagro, mas em relação a eventos
53 particulares realizados em espaços públicos. Daniela informa que haverá Expoagro do
54 dia 15/05 a 01/06, exposição agropecuária, o que não se sabe ainda é se ocorrerão shows.
55 Daniela sugere que encaminhe um ofício do conselho ao promotor sugerindo que se
56 fiscalize melhor na realização de shows do espaço que foi destinado, e que
57 preferencialmente, caso seja a ele pertinente, que defina uma localização que fique pré-
58 estabelecida junto a qualquer evento. Karla disse que acredita ser interessante a
59 presença de uma pessoa com deficiência, cadeirante, durante a discussão junto ao
60 promotor para expor a sua visão. Na discussão sobre o evento da Expoagro e eventos
61 particulares, num espaço público. Ex: Expo-Franca, que será realizado no final de
62 semana; Izabel relata que estava presente, em 2012, no local em que o promotor
63 destinou às Pessoas com Deficiências, fizeram um círculo, separou o terreno que era
64 acidentado, os cadeirantes e deficientes visuais ficaram no meio do círculo, as pessoas
65 sem deficiências, os ouvintes que estavam lá e as tietes, ficaram atrás, então era um
66 perigo os cadeirantes ficarem lá. Teve pessoas, cadeirantes, que para irem ao banheiro,
67 pediu para pessoas levarem, pois era muito difícil tirar o cadeirante dali, e eles não
68 viram o palco, o palco ficou acima do campo de visão deles e atrapalhava a saída, se
69 tivesse saída de emergência, e quem precisasse ir ao banheiro, era preciso carregar no
70 colo, em dois, por isso que a Polícia Militar e Guarda Municipal que fez o trabalho lá.
71 Tem que haver uma forma, de rever o local e uma saída para os cadeirantes. Izabel
72 relata também que a área destinada aos cadeirantes era muito longe do palco, perto das
73 barraquinhas de comida, e para os cadeirantes saírem era bastante tumultuado, por isso a
74 necessidade de acionar a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Daniela sugere
75 encaminhar o ofício para o Promotor Público, solicitando que seja disponibilizado o
76 local e os sanitários químicos para os deficientes, pois os banheiros físicos são distantes
77 e eles têm dificuldades de acesso. Daniela aponta que são destinados banheiros
78 químicos aos deficientes, mas nem sempre estes banheiros estão identificados e em
79 locais de fácil acesso. Karla relembra também que os banheiros não tinham o suporte
80 para o cadeirante subir com a cadeira, o deficiente pode ir sozinho ou com um
81 acompanhante ao banheiro, sem contar os que têm outro tipo de deficiência, que correm
82 o risco de cair. A mesma também questiona a falta de identificação nos banheiros. Ela
83 sugere que também seja pensado como é realizada a divulgação dessas informações,
84 como é que as pessoas com deficiência, quais são os direitos delas nesses espaços? Se
85 ela pode estar com acompanhante? Porque quem tem uma deficiência com 50 anos, tem
86 uma caminhada, minha filha, no caso tem 8 anos e eu não sei se poderia estar no espaço

87 reservado, pois essas coisas não são faladas, e é preciso trabalhar com estas informações.
88 Mariângela fará o ofício encaminhando as pautas discutidas para o Promotor Público.
89 Daniela informa à Karla que a pessoa com deficiência tem o direito de um
90 acompanhante. E tem um item da lei que abarca a questão do percentual do evento. As
91 orientações sobre acessibilidade estão presentes no Decreto Federal 5296/2004 com a
92 regulamentação 10048 e 10098 de 2000. Quanto ao item 4.2 - Mariângela avisa que o
93 Conselho da Assistência informa para quem estiver aqui presente na reunião
94 representando as entidades, o Conselho da Assistência Social, está renovando 1/3 dos
95 seus membros, especificamente as organizações de atendimento ao idoso, a pessoa com
96 deficiência, e a criança e ao adolescente. Com relação às entidades com pessoas com
97 deficiência quatro entidades se habilitaram junto ao Conselho a fazer parte do CMAS,
98 as entidades foram: ADEFI, a Sociedade dos Cegos, a Caminhar e a APAE. Em relação
99 às vagas são: uma vaga para titular, e uma para suplente, no caso da pessoa com
100 deficiência, então se são quatro entidades, duas vão conseguir entrar, e as demais
101 representadas por esses dois, posteriormente. Esta informação é mais para ajudar na
102 divulgação e informar como está o processo. Só pra completar, no dia 24 de abril de
103 2014, já tem Assembleia Eleitoral, onde essa definição irá acontecer. Os conselheiros
104 receberão o convite para o processo de eleição. Mariângela enfatiza a importância da
105 participação nesta eleição, sendo que em maio os conselheiros terão a posse dos seus
106 cargos. Os representantes atuais do conselho são: a Entidade São Camilo de Lelis e a
107 APAE. Quanto ao item 4.3 - criação do Facebook; Mariângela informa que o facebook é
108 um aplicativo e que não foi encontrada nenhuma restrição para a sua criação. Ele pode
109 ser criado, e aí é uma questão do conselho escolher quem será responsável pela criação
110 e pela "alimentação" de informações no Facebook, com isso, a informação circula mais
111 rapidamente e abrange um público maior. Sugestão para que poste sobre: Eventos,
112 informações, aquilo que já está aprovado pelo conselho, sempre tomando cuidado com
113 esses critérios, mas que pode ser uma ferramenta útil e interessante para ajudar nesse
114 processo da divulgação das ações do conselho. A conselheira Karla se candidata para
115 iniciar a criação do Facebook, mas não será permanente, devido a problemas
116 particulares. Karla ressalta a importância da criação de um grupo e quanto mais
117 informação, mais o Conselho se fortalece. O Presidente aponta que para "alimentar" o
118 Facebook, qualquer conselheiro pode realizar esta atividade. Mariângela reforça a
119 importância de se criar o grupo. O Presidente relata que o Facebook é uma experiência
120 muito boa, e para exemplificar lembrou da reunião do Conselho que o Chuí compareceu
121 fazendo o convite para as aulas na sua escola, e ele conseguiu mais três alunos para
122 participar. Reforça que o aplicativo, é uma ferramenta mais rápida, diferentemente do e-
123 mail. Karla pede para que o logotipo do Conselho seja ampliado para uso no aplicativo.
124 Mariângela sugere que a alteração seja realizada pelo Samuel. A mesma lembra da
125 importância de só publicar aquilo que for deliberado pelo Conselho. Daniela sugere que
126 seja feito um levantamento sobre os membros do conselho que têm o Facebook, e
127 encaminhar a postagem para que os conselheiros realizem de acordo com o que foi
128 definido para não desvirtuar. Mariângela relata que deve ser um grupo aberto que não
129 precise de autorização para acessar. A mesma, sugere que se faça um levantamento via
130 e-mail, de quem tem Facebook, pois nem todos os conselheiros estavam presentes. E

131 dos presentes Virgínia, Vera e Fernanda, não possuem o aplicativo. Quanto ao item 4.4
132 - Informação em relação à Lei da Semana da Síndrome de Down que é de autoria do
133 vereador Adérmis, ele sugeriu ao Deputado Roberto Engler para que se tornasse uma
134 Lei Estadual, da mesma forma que a Lei Ana Laura, referente a doação de órgãos,
135 também pudesse virar referência para o Estado. Então foi encaminhado, mas ainda não
136 foi aprovado. Mariângela indagou por que não uma Lei do Autismo? Karla relata que
137 quem criou o PL do Autismo foi outro vereador, Claudinei da Rocha. Daniela informa
138 que o Autismo tem uma data que é mundial. Karla propõe a reflexão de pensar no todo,
139 e não isoladamente cada grupo com deficiência para que se consiga alcançar a
140 conscientização da população em geral, da mesma forma com os idosos, etc. Mariângela
141 lembra-se da semana da prevenção das deficiências na qual, é realizada em Agosto e o
142 dia de luta é em 21 de Setembro. Mariângela dá seguimento no item 4.5, relatando sobre
143 o PL 02/2014 que acrescenta dispositivo no orçamento municipal, que será votado no
144 dia 22 de Abril, na Câmara Municipal. Essa PL transforma uma peça orçamentária na
145 condição de autorizativa para impositiva, ou seja, tudo o que estiver no orçamento
146 municipal deve ser imposto, executado. Ela também define um percentual de orçamento
147 de 1,2% como uma emenda parlamentar que tem que ser cumprida também um
148 percentual disso para que os vereadores possam destinar recursos diretos para as
149 entidades, independente do que o executivo encaminhe para a Câmara. Mariângela
150 ressalta que ainda não foi aprovado, entrou na sessão passada, mas foi adiado e retorna
151 para discussão no dia 22. Mariângela relatou que recebeu um e-mail solicitando o
152 parecer dos Conselhos sobre a destinação dos recursos para as entidades sociais. Após
153 discussão do Colegiado, alguns membros discutiram a questão ética dessa forma de
154 destinação. Fernando coloca que mesmo que o Vereador queira destinar a uma entidade
155 que não está devidamente apta, isso não será possível, pois a entidade deve estar em
156 pleno funcionamento e regularizada. A plenária decide emitir parecer favorável, desde
157 que os Conselhos participem do processo de análise das entidades e que os mesmos
158 acompanhem essas entidades. Mariângela solicita que a Comissão de orçamento se
159 reúna após a reunião para elaborar o parecer com o acompanhamento dos Conselhos.
160 Fernanda faz a leitura do ofício recebido da OAB que trata sobre a obrigação dos
161 bancos de instituir chamadas sonoras e visuais, para contemplar as pessoas com
162 deficiência visual e pessoa idosa (Item 4.6 da pauta). A OAB encaminhará esse ofício
163 também ao Conselho do Idoso e à FEBRABAN, solicitando providências e também
164 para a Câmara e sindicatos. Fernando coloca que não é apenas nos bancos que se utiliza
165 a senha visual, mas também correios, INSS, supermercado e sugere que todos esses
166 espaços adotem esse sistema visual e sonoro. Mariângela sugere que a Comissão de
167 Alteração da Lei se reúna para elaborar uma minuta dessa lei que seria de âmbito
168 municipal. 4.7 - 7 P.L nº 221 é a lei que obriga os supermercados a oferecer carrinhos
169 motorizados, e, já entrou na pauta, porém foi adiada e hoje entra novamente para ser
170 votada. O Conselho estendeu o convite para todos os Conselheiros participarem da
171 votação. A assistente social da ADEFI irá usar a tribuna para defender esse projeto de
172 lei. Fernando informa que conversou com Rodrigo para alterar a lei e obrigar os
173 supermercados e hipermercados a terem carrinhos especiais para PCDs. O Sindicato
174 entende não ser viável. Só as grandes redes é que conseguirão cumprir esta lei. 4.8 -

175 Ofício da Apada com anexo da lei municipal que institui a semana cultural do surdo que
176 seria dia 23/04 coincidindo com a feira Reatech em São Paulo. Assim, foi feita uma
177 programação no dia 23/04 com uma sessão solene na Câmara Municipal e palestras, e
178 posteriormente em maio organizará a semana completa para comemorar a data. A
179 Apada solicita apoio do CMPCD para divulgação e propostas de trabalho para a referida
180 semana. A Conselheira Izabel informa que desde 2006 quando a semana foi instituída é
181 feita campanhas, palestras, caminhadas. No sábado quatro docentes da Apada irão
182 participar da feira de tecnologia. A conselheira Regina relata que a secretaria da
183 educação iria participar da feira, mas em decorrência da greve, não participará mais. Os
184 conselheiros perguntam se não há recursos do CMPCD para custear a participação de
185 interessados na Reatech, Mariângela esclarece que precisa ser solicitado ao governo,
186 acredita que não há mais tempo. A Apada alugou um ônibus, com custo de R\$ 75,00 ida
187 e volta, e alimentação por conta de cada participante, Izabel acredita que ainda há vagas
188 e coloca à disposição e a inscrição deve ser feita pelo site. Retomando a discussão para
189 a semana cultural do surdo, Karla sugere contemplar também a discussão sobre outras
190 deficiências além da deficiência auditiva, aumentando a amplitude do tema, trazendo
191 pessoas para colaborar na discussão e atualização do assunto. Regina coloca que em
192 junho deve ocorrer um Seminário de Educação Inclusiva, com o apoio do MEC, o
193 último foi em 2010. É uma semana inteira de programação e são abordados temas que
194 envolvem todas as deficiências e também políticas públicas, mas não é aberto para a
195 comunidade, porém poderiam disponibilizar vagas para os membros do CMPCD. Izabel
196 solicita reunião com a Comissão de eventos para apoiar com sugestão na semana
197 cultural do surdo. Mariângela sugeriu avaliar a disponibilidade dos conselheiros e
198 agendar uma data para a discussão. Mariângela relata que colocou na pauta sobre a
199 semana da Síndrome de Down (item 4.9 da pauta), mas esta já foi avaliada semana
200 passada, porém não foi avaliada a semana do Autismo. A mesma, faz uma avaliação da
201 semana do autismo, onde foi observado tanto pelo face, como pelos órgãos que foi
202 realizado todo movimento de acender as luzes e a soltura das bexigas. Sobre a passeata,
203 a mesma ocorreu, porém foi prejudicada pelas chuvas, embora com toda dificuldade,
204 aconteceu. O evento da secretaria municipal da saúde foi suspenso em razão da greve e
205 a secretaria de Educação também não fez nenhuma programação, as cartilhas não foram
206 reproduzidas, porém será retomada a confecção e posteriormente distribuída para estudo
207 nas salas de aula, segundo a Conselheira Regina. Essa movimentação deve ocorrer
208 sempre, para que a sociedade, as famílias possam fazer frente à questão do preconceito.
209 Em seguida foram feitos os informes: 5.1- PL da câmara passando de 5% para 10% a
210 destinação de imóveis populares para P.C.D. Já existe uma lei que destina 5% dos
211 imóveis populares para P.C.D e para idosos. Está tramitando na Câmara e pode ser
212 divulgado para as pessoas e entidades. 5.2 - Informa que as entidades tem até 30/04 para
213 renovar a inscrição no C.M.A.S. A inscrição é permanente, mas atualmente deve
214 renovar para poder receber recursos públicos, sendo solicitado o Plano de Ação e o
215 Relatório de Atividades do exercício anterior. Foi agendada a reunião da Comissão
216 Legislativa (item 5.3) para o dia 18/04, às 08h30, cuja pauta será sobre Alteração da
217 Lei de criação do CMPCD. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E a ata

218 por mim Fernanda Moura Conrado, lavrada e assinada por todos conselheiros presentes.
219 Franca, 08 de abril de 2014.